

concursal realizado nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 - Designo o mestre João Alexandre da Silva Rocha Pinho para exercer, com um mandato de cinco anos, o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 - O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

25 de julho de 2014. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*. — A Ministra da Agricultura e do Mar, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Nota curricular – João Alexandre da Silva Rocha Pinho

Data de nascimento: 19 de junho de 1970.

Habilitações académicas:

Mestrado em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa, em 2000;

Licenciatura em Engenharia Florestal – ramo de Produção Florestal pelo Instituto Superior de Agronomia, em 1994.

Atividade profissional:

Desde novembro de 2012 – Diretor do Departamento de Gestão e Produção Florestal, no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.);

De setembro a novembro de 2012 – Diretor de Unidade de Gestão Florestal, no ICNF, I.P.;

De julho a agosto de 2012 – Técnico superior, no ICNF, I.P.;

2008 a 2012 – Diretor Nacional para a Gestão Florestal, na Autoridade Florestal Nacional;

2007 a 2008 – Diretor de Serviços de Defesa da Floresta contra Incêndios, na Direção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF);

2006 a 2007 – Técnico superior, na Subdireção de Defesa da Floresta contra Incêndios da DGRF;

2004 a 2006 – Presidente do Conselho Nacional de Reflorestação e encarregado de missão da Equipa de Reflorestação;

1994 a 2004 – Técnico superior, no Instituto Florestal e na Direção-Geral das Florestas;

1994 – Bolseiro de investigação, no Instituto Superior de Agronomia.

Experiência profissional mais relevante:

No âmbito de **funções de direção foi responsável**, nos serviços florestais estatais, pela coordenação de projetos ligados ao planeamento florestal nacional, regional e local, ao planeamento e execução de ações de prevenção estrutural na área da DFCI, ao Inventário Florestal Nacional, à gestão florestal pública, comunitária e privada, ao ordenamento do território e avaliação de impacte ambiental, aos assuntos florestais internacionais e à estratégia de adaptação às alterações climáticas. Foi ainda responsável pelo desenvolvimento das orientações nacionais para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004 e pela coordenação das comissões regionais de reflorestação e dos projetos executados no seu âmbito.

Enquanto **técnico** desempenhou **funções** nas áreas do planeamento e projetos florestais, ordenamento do território, conservação da natureza e do planeamento DFCI, salientando-se as **responsabilidades de coordenação** do Grupo de Trabalho n.º 1 - PROF/PGF de regulamentação da Lei de Bases da Política Florestal (1996-1997), da Comissão Técnica do Gabinete de Coordenação dos PROF (2000-2003), na Equipa de Coordenação da Reforma Estrutural do Sector Florestal (2003-2004) e do programa de planeamento DFCI municipal (2006-2007).

Possui **formação avançada** nas áreas da administração pública, gestão e recuperação de áreas ardidas, fitossociologia, conceção e gestão de projetos, modelação de ecossistemas florestais e análise e controlo de projetos florestais.

Publicou artigos e capítulos técnicos nas áreas da defesa da floresta contra incêndios, da gestão dos recursos naturais e do planeamento florestal e do território. Chefiou ou integrou diversas missões oficiais de representação nacional no estrangeiro.

208003426

Despacho n.º 9841-F/2014

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e na sequência de procedimento concursal realizado nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 - Designo a mestre Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva para exercer, com um mandato de cinco anos, o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 - O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

25 de julho de 2014. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*. — A Ministra da Agricultura e do Mar, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

NOTA CURRICULAR

PAULA ALEXANDRA FARIA FERNANDES SARMENTO E SILVA

Data de Nascimento: 6 de setembro de 1963

FORMAÇÃO ACADÉMICA:

1994-1996 – Mestrado em Geo-Recursos, do Instituto Superior Técnico, Departamento de Minas, Centro de Valorização de Recursos Minerais;

1983-1988 – Licenciatura em Engenharia do Ambiente, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde julho 2012 – Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;

De fevereiro de 2012 a junho de 2012 – Presidente da Autoridade Florestal Nacional e do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.;

De outubro de 2008 a fevereiro de 2012 – Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.;

De setembro de 2007 a setembro de 2008 – Presidente da Comissão Instaladora da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.;

De junho de 2007 a setembro de 2007 – Assessora da Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o domínio de recursos hídricos;

De setembro de 2005 a maio de 2007 – Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com competências delegadas na área do Ambiente;

De dezembro de 2003 a setembro de 2005 – Diretora do Departamento de Ambiente, Qualidade e Monitorização da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva;

De agosto 2000 a dezembro de 2003 – Coordenadora do Núcleo de Qualidade Ambiental da Direção de Ambiente e Património da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva;

De abril 1991 a julho de 2000 – Engenheira do ambiente do Departamento de Ambiente da SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo;

De dezembro de 1988 a março de 1991 – Responsável pela coordenação e elaboração de estudos de impacte ambiental de projetos florestais na EMPORSIL – Empresa Portuguesa de Silvicultura;

De janeiro a abril de 1991 – Membro da equipa de trabalho PROAMBIO na elaboração dos capítulos relativos à caracterização da qualidade do ar e identificação e previsão de impactes do estudo de impacte ambiental da ampliação do aeroporto da Madeira;

Em 1988 – Técnica superior da Comissão de Coordenação Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (DRARN), inventariação das emissões gasosas da sub-região do Oeste; estágio no gabinete de engenharia IMPACTO 2000 relacionado com modelação da qualidade da água; colaboração com a Fundação Luso-Americana em processos de consultoria na área de avaliação de projetos agroindustriais (minhocultura).

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR:

Curso Avançado em Gestão Pública;
Organização e Gestão da Qualidade;
Sistemas de Gestão Ambiental e Auditoria.

208003337